

SENADOR

TASSO



INFORMATIVO DAS ATIVIDADES PARLAMENTARES EM 2019

EM DEFESA DO CEARÁ

Tasso garante recursos
para novos
investimentos no Estado



SANEAMENTO BÁSICO

Milhões de brasileiros
sofrem com a falta de
saneamento básico

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

Tasso relata novo
sistema de
Previdência no Brasil

CADASTRO POSITIVO

Cadastro Positivo
valoriza bons
pagadores

Gabinete do Senador Tasso Jereissati

Senado Federal, Anexo I, 14º andar
Zona Cívico Administrativa
70165-900 - Brasília, DF
tasso.jereissati@senador.leg.br
(61) 3303.4502 / 3303.4503

Textos

Assessoria de Comunicação

Fotos

Agência Senado
Gerdan Wesley
Marko Antônio C. de Oliveira

www.senadortasso.com.br

 /tassojereissati

 @tassojereissati

 @tassojereissati

 /tassojereissatioficial

 /tassojereissati

TASSO 



Apresentação

COMPROMISSO COM OS CEARENSES

Em 2019, tivemos um ano produtivo. Apesar do ambiente político ainda conturbado, em razão da polaridade radicalizada que marcou a eleição do presidente Jair Bolsonaro, o Brasil avançou consideravelmente na construção das reformas que há anos o país necessita.

Antes de tudo, buscamos investimentos e recursos para o Ceará, atuando pela aprovação de operações de financiamento, trabalhando junto ao Orçamento da União, ou ainda contribuindo para a melhoria do ambiente de negócios, com o aperfeiçoamento das leis.

O Congresso Nacional deu prova de maturidade ao assumir o protagonismo na condução de temas importantes para o país. Da nossa parte, destaco a Reforma da Previdência e o Marco Regulatório do Saneamento como as tarefas mais desafiadoras.

É inaceitável que no Brasil ainda tenham 57 milhões de residências sem acesso à rede de esgoto, 24 milhões sem água encanada e 15 milhões sem coleta de lixo, segundo dados do IBGE. Como relator do novo Marco Regulatório do Saneamento no Senado, apresentei soluções para permitir novos investimentos no setor. O debate ganhou espaço, a matéria continua em tramitação, e não pouparei esforços, como fiz ao longo do ano, para mudar essa realidade.

Já na Reforma da Previdência, acredito que chegamos ao melhor texto possível. A incontestável realidade dos números aponta que o crescente déficit previdenciário não apenas reduz a capacidade de investimento do país, mas em poucos anos comprometeria a própria capacidade do sistema de pagar as pensões, aposentadorias e outros benefícios. Por isso, nossa preocupação na relatoria foi justamente buscar equilíbrio nas contas públicas de um modo que o peso dos ajustes não recaísse sobre as camadas mais vulneráveis da nossa sociedade.

Assim, alteramos a proposta original para garantir conquistas e, para facilitar a tramitação, desmembramos a PEC original em outra, a chamada "PEC Paralela", que inclui estados e municípios, aponta novas fontes de receita, garante benefícios aos mais pobres e prevê a criação do Benefício Universal Infantil.

Essa publicação traz, portanto, informações mais detalhadas a respeito destes e outros temas, sobre os quais nos debruçamos em 2019. É uma prestação de contas da missão que nos foi confiada pelo povo cearense, que pretendemos honrar com muito trabalho e dedicação.

Muito obrigado



Tasso Jereissati

Índice

06

Em defesa do Ceará

Tasso garante recursos para novos investimentos no Estado



10

Saneamento Básico

Milhões de brasileiros sofrem com a falta de saneamento básico



14

Reforma da Previdência

Tasso relata novo sistema de Previdência no Brasil



19

Cadastro Positivo

A valorização dos bons pagadores



20

Agenda Brasil

Benefício para portadores de doenças raras



22

Fatos e Fotos

Acontecimentos relevantes em 2019





Tasso garante recursos para novos investimentos no Estado

Durante o ano de 2019, o senador Tasso Jereissati se mobilizou no Congresso Nacional na defesa de novos investimentos para o estado do Ceará.

Além de destinar recursos de suas emendas orçamentárias - individuais e de bancada, ele articulou no Senado aprovações de empréstimos para a Prefeitura de Fortaleza e Governo do Estado. Novos recursos para a melhoria da infraestrutura na Capital e fortalecimento de programas sociais no interior.

Defendeu, também, o pagamento antecipado pelo Governo Federal do seguro defeso para os pescadores cearenses, prejudicados pela presença de manchas de óleo no litoral do Estado durante boa parte do segundo semestre.

No Orçamento de União de 2020, o Senador destinou R\$ 25,8 milhões de suas emendas, beneficiando 26 municípios cearenses e projetos do Governo do Estado.

Dentre os projetos atendidos nos municípios estão: obras de infraestrutura, aquisição de equipamentos para a saúde, construção de Centro de Tratamento e Prevenção, compra de veículo para transporte de pacientes em tratamento de hemodiálise, construção de casa para idosos, construção de escolas de línguas, aquisição de equipamentos para escolas, implantação e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário e aquisição de ônibus escolares.

RELATÓRIO DE EMENDAS 2020

Emendas individuais



Prefeitura de Aurora - Pavimentação asfáltica - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Barbalha - Custeio na área de Saúde - Atenção Básica - **R\$ 1.500.000,00**

Prefeitura de Boa Viagem - Pavimentação asfáltica - **R\$ 500.000,00**

Associação Hospitalar São Francisco de Canindé, em Canindé - Aquisição de equipamentos para saúde - **R\$ 1.000.000,00**

Prefeitura de Cascavel - Ampliação da avenida Chanceler Edson Queiroz - **R\$ 540.454,00**

Secretaria de Ciência, Tecnologia e Educação Superior (Governo do Estado) - Apoio a projetos de tecnologias aplicadas, sociais e extensão tecnológica articulados às políticas públicas de inovação e desenvolvimento sustentável do Brasil. - **R\$ 350.000,00**

Fazenda da Esperança Uirapuru, em Fortaleza - Construção de Centro de Tratamento e Prevenção - **R\$ 700.000,00**

ABRAME (Casa da Esperança), em Fortaleza - Construção de sede para a Associação - ABRAME - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Icapuí - Aquisição de equipamentos e mobiliário para escolas - **R\$ 400.000,00**

Prefeitura de Ipauimir - Aquisição de equipamentos para o Hospital Maria José dos Santos - **R\$ 500.000,00**

Hospital São Camilo, em Itapipoca - Aquisição de equipamentos para Saúde - **R\$ 1.000.000,00**

Prefeitura de Jaguaretama - Aquisição de veículo para transportar pacientes em tratamento de hemodiálise - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Jaguaribara - Aquisição de 2 ônibus escolares - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Jaguaribe - Aquisição de equipamentos para Saúde - **R\$ 550.000,00**

Prefeitura de Jaguaruana - Aquisição de equipamentos para Saúde - **R\$ 550.000,00**

Instituto Heitor Coelho, em Juazeiro do Norte - Construção de casa para idosos - **R\$ 400.000,00**

Prefeitura de Maracanaú - Construção de escola de línguas - **R\$ 1.200.000,00**

Prefeitura de Mauriti - Aquisição de equipamentos para Saúde - **R\$ 550.000,00**

Prefeitura de Mombaça - Custeio na área de Saúde - Atenção Básica - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Quixeré - Pavimentação asfáltica - **R\$ 500.000,00**

Prefeitura de Santa Quitéria - Implantação e manutenção de sistemas de esgotamento sanitário - **R\$ 700.000,00**

Prefeitura de Senador Pompeu - Aquisição de equipamentos para unidades de Atenção Básica de Saúde - **R\$ 600.000,00**

Prefeitura de Tauá - Pavimentação em paralelepípedo - **R\$ 500.000,00**

Hospital São Camilo, em Tianguá - Aquisição de equipamentos para saúde - **R\$ 1.000.000,00**

Prefeitura de Varjota - Construção de praça pública - **R\$ 400.000,00**

Total: R\$ 15.940.454,00

Emenda irá financiar novo Hospital universitário



O senador Tasso destinou R\$ 8,4 milhões do valor de suas emendas de bancada para a construção do Hospital Universitário da Universidade Estadual do Ceará – UECE, no Campus do Itaperi, em Fortaleza. O projeto, executado pela Secretaria de Saúde do Estado (SESA), compreende a construção de um Hospital de Alta Complexidade.

Segundo a SESA, a Unidade terá o objetivo de fortalecer a qualidade da formação e assistência do Estado, além de ações de pesquisa e inovação. Serão ofertados 500 novos leitos de todas as especialidades, incluindo serviços de oncologia e radioterapia, além de transplante de fígado, coração, rim e pâncreas.

SOCIAL - Além do Governo do Estado, as emendas de bancada do Senador beneficiaram a Associação Peter Pan/IPREDE, o Hospital Santo Antonio, no município de Barbalha; o Hospital do Olho, em Eusébio; a construção do Horto do Icó, no município do Icó, e investimento no Projeto de Contenção do avanço do Mar, em Caucaia. No total, as emendas orçamentárias de bancada do Senador somaram R\$ 9,9 milhões.

EMENDAS ORÇAMENTÁRIAS DE BANCADA

Governo do Estado do Ceará (Secretaria de Saúde)
R\$ 8.406.240,84

Associação Peter Pan/IPREDE
R\$ 400.000,00

Hospital e Maternidade Santo Antonio (Barbalha)
R\$ 350.000,00

Hospital do Olho (Eusébio)
R\$ 350.000,00

Projeto de contenção do avanço do mar (Caucaia)
R\$ 200.000,00

Horto do Icó (Icó)
R\$ 200.000,00

Total: R\$ 9.906.240,84

R\$ 96,8 milhões

Foram destinados pelo senador Tasso Jereissati em suas emendas orçamentárias para o Governo do Estado e municípios nos últimos cinco anos.

Senador articula empréstimos para Fortaleza

No primeiro semestre de 2019, Tasso Jereissati articulou a aprovação de dois empréstimos para o município de Fortaleza. No mês de fevereiro, o Senado aprovou empréstimo junto ao Bird, no valor de US\$ 73,3 milhões, destinado ao financiamento parcial do “Programa Fortaleza Cidade Sustentável”. A previsão é de uma execução em seis anos com base na “Recuperação do Ambiente Social, Urbano e Ambiental” e “Governança, Planejamento e Gestão Urbana e Ambiental”.

No mês de maio, os senadores aprovaram novo empréstimo, no valor de até US\$ 150 milhões, com a Corporação Andina de Fomento (CAF), para financiamento do Programa de Infraestrutura em Educação e Saneamento, na Capital.

Em consequência dos dois empréstimos, no início de julho, o Senador participou de solenidade de lançamento, pela Prefeitura de Fortaleza, de um pacote de investimentos com valor previsto em R\$ 1,5 bilhão, com projetos nas áreas de Saúde, Educação, Proteção Social e Cultura, Esporte, Urbanização e Meio Ambiente, Infraestrutura, Transporte e Mobilidade.

Recursos irão financiar nova etapa do Projeto São José

No mês de dezembro de 2019, o Plenário do Senado aprovou dois pedidos de empréstimos do Estado do Ceará junto ao Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Bird).

No total, serão liberados US\$ 139,8 milhões para execução do “Projeto de Apoio à Melhoria da Segurança Hídrica e Fortalecimento da Inteligência na Gestão Pública do Estado do Ceará (IPF Ceará), e mais US\$ 100 milhões destinados à implementação parcial do “Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável – Projeto São José III – 2ª Fase”.

Durante os debates na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e no Plenário, Tasso Jereissati destacou a importância dos investimentos para o fortalecimento da infraestrutura cearense, em especial, com relação à questão hídrica e o fortalecimento do Projeto São José.

VOCÊ SABIA ?



O Projeto São José, realizado com recursos do Bird, foi iniciado no Ceará em 1995, na segunda gestão do Governador Tasso, com a implementação de programas produtivos e de infraestrutura em comunidades pobres de todo o Estado. Projeto que promoveu a economia solidária atendendo comunidades pobres em todo o interior do Estado.



Tasso defende antecipação do seguro-defeso

Durante alguns meses do segundo semestre, o litoral cearense foi prejudicado por causa do vazamento de óleo em algumas praias em Fortaleza e no interior. Diante do problema e das consequências para o trabalho dos pescadores, em outubro, o senador Tasso reuniu-se com a Ministra da Agricultura, Tereza Cristina.

Na ocasião, ele demonstrou sua preocupação com os prejuízos para os pescadores, devido ao comprometimento da pesca na região, e solicitou a antecipação do pagamento do seguro-defeso, medida essa que foi acatada pelo Ministério.

Dias após a reunião, foi publicado Decreto do presidente em exercício Davi Alcolumbre com a permissão do pagamento do seguro-defeso aos pescadores artesanais afetados pelo vazamento de óleo.

“Ter saneamento básico é um fator essencial para um país poder ser chamado de país desenvolvido. Os serviços de água tratada, coleta e tratamento dos esgotos levam à melhoria da qualidade de vidas das pessoas, sobretudo na saúde Infantil com redução da mortalidade infantil, melhorias na educação, na expansão do turismo, na valorização dos imóveis, na renda do trabalhador, na despoluição dos rios e preservação dos recursos hídricos”

Instituto Trata Brasil

Milhões de brasileiros sofrem com a falta de saneamento básico



“Folha de S.Paulo,
9 de outubro de 2019”

O Saneamento Básico é um dos maiores desafios do Brasil e os investimentos no setor não estão à altura das demandas de um país que, segundo dados oficiais, possui 104 milhões de pessoas que vivem sem acesso à rede de esgoto e 35 milhões sem água tratada.

Diante da gravidade dessa situação, o senador Tasso Jereissati trabalhou durante o ano de 2019 para a construção da nova lei de universalização do saneamento, com o objetivo de superar impasses nos âmbitos econômico, jurídico e político, que impedem a universalização da prestação do serviço.

No Congresso Nacional, a partir de abril, ele iniciou o debate do tema na condição de relator da medida provisória que modernizava o sistema de saneamento básico, com a realização de uma série de audiências públicas, em comissão mista – composta por senadores e deputados. O assunto foi amplamente discutido com as participações de representantes do Governo Federal, da Confederação Nacional dos Municípios, Associação Brasileira de Concessionárias Privadas de Serviços Públicos de Água e Esgoto, Associação Brasileira das Empresas Estaduais de Saneamento, além de especialistas e das principais organizações não governamentais engajadas na promoção da universalização da prestação dos serviços de saneamento.

“Quando fui governador do Ceará, costumava dizer que o melhor médico no Estado era o saneamento básico. Esse é um assunto urgente. O Brasil ainda está na Idade Média na questão de saneamento e é nossa obrigação moral reverter essa situação vergonhosa que o país vive”.

Tasso Jereissati,
abril de 2019



Ao final das discussões, em abril, o Senador apresentou seu relatório à medida provisória, que segundo ele, além de promover “uma maior segurança jurídica aos investimentos em infraestrutura e serviços de saneamento”, possibilitava “meios para reduzir os custos no tratamento básico de saúde e melhorar a qualidade de vida de milhões de brasileiros”.

Na primeira semana de maio, senadores e deputados aprovaram seu relatório, e durante os debates Tasso assegurou que a proposta da medida provisória possibilitaria a “abertura de portas, aumentando, por exemplo, a eficiência da CAGECE, principalmente nos projetos de esgotamento sani-

tário na maioria dos nossos municípios e na periferia de Fortaleza”.

Com a aprovação do texto, no início de junho, a MP seguiu para votação no Plenário da Câmara dos Deputados, mas não foi votada no prazo legal e perdeu sua validade. Imediatamente após, o Senador apresentou Projeto de Lei com a definição das bases da nova lei de universalização do saneamento, que foi aprovada na Comissão de Infraestrutura e no Plenário da Casa e enviada para a Câmara dos Deputados.

Em dezembro, os deputados federais aprovaram projeto sobre o novo Marco Regulatório e a matéria retorna ao Senado para novo debate, em 2020.

“Costumo dizer aos meus colegas senadores que talvez esse tenha sido o assunto mais importante que eu tive o privilégio de tratar esse ano: saneamento básico. É um projeto muito importante para mim”.

Tasso Jereissati,
junho de 2019

Saneamento, um direito de todo o cidadão

- ✓ Enquanto em outros setores de infraestrutura já atingiram a universalização da prestação do serviço, como os de energia elétrica e de telecomunicações, o setor de saneamento literalmente patina em água e, especialmente, em esgoto: 104 milhões de brasileiros não têm serviços de esgoto e 35 milhões de cidadãos nem mesmo têm acesso à água tratada. Ocupamos a pouco honrosa 123ª posição no ranking mundial de saneamento.
- ✓ Pesquisa divulgada pelo IBGE, em 2018, revelou que 1.933 municípios brasileiros (34,7% do total) apresentaram epidemias ou endemias provocadas pela falta de saneamento básico no ano de 2017. E nesse levantamento, a doença mais citada foi a dengue. Outras doenças de grande incidência, causadas pela falta de saneamento, foram diarreia e verminoses.
- ✓ O problema de falta de cobertura adequada destes serviços tem impactos sérios no desenvolvimento do país e, principalmente, na saúde pública: mais de 15 mil mortes todos os anos no Brasil devido a falta de saneamento; cerca de 340 mil internações anuais por conta da precariedade ou inexistência de saneamento; e 50 milhões de dias de trabalho perdidos por conta desse mesmo motivo.
- ✓ A universalização do setor reduziria os gastos com saúde em cerca de 1,5 bilhão de reais a cada ano, gerando uma economia de 7,2 bilhões nos próximos 15 anos, caso o país realmente se engaje em um processo de universalização.
- ✓ A falta de saneamento também tem impacto na escolaridade das nossas crianças, que apresentam maior atraso escolar nas regiões em que há maior déficit no setor; e na economia com impacto direto no turismo e na geração de emprego e renda.

Fique por dentro

A nova lei de universalização do saneamento tem como objetivo garantir a segurança jurídica, com base na regulação uniforme em todo o Brasil – com o fortalecimento da Agência Nacional de Água (ANA) e na promoção da competição para a oferta dos serviços à população e no incentivo à prestação de serviços de maneira regionalizada para garantir que mesmo os municípios mais pobres sejam plenamente atendidos. A nova legislação fortalece o papel dos municípios, que decidirão sobre as concessões, e terá como maior desafio a garantia da universalização do saneamento no país, beneficiando milhões de brasileiros.

O PROBLEMA NO CEARÁ

IBGE diz que 59,6% dos cearenses não têm acesso a saneamento básico

59,6% dos cearenses não têm acesso a saneamento básico, diz IBGE | IBGE | Estudo divulgado ontem mostra ainda que no Ceará 76,4% das pessoas têm restrições de serviços básicos

TABELAS

Proporção de pessoas residentes em domicílios com restrição, por tipo e quantidade de restrições

Quantidade de restrições	Restrição de saneamento básico	Restrição de educação	Restrição de proteção social	Restrição de condições de moradia	Restrição de acesso à internet
1	10,8	1,8	14,8	10,6	11,7
2	14,1	3,8	11,0	9,9	10,9
3	20,7	7,8	11,1	12,2	10,1

Proporção de pessoas residentes em domicílios com acesso aos serviços de saneamento básico

Quantidade de serviços	Restrição de saneamento básico	Restrição de educação	Restrição de proteção social	Restrição de condições de moradia	Restrição de acesso à internet
1	18,1	21,3	18,2	19,6	
2	6,9	4,8	10,9	10,1	
3	9,7	19,1	16,7	11,2	
4	10,8	20,7	13,1	10,0	

IBGE: Mais de 15% da população cearense nunca foi à escola

76,1%

Em cinco anos, doenças por falta de saneamento custam R\$ 1 bi ao SUS

IBGE: Mais de 15% da população cearense nunca foi à escola

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou, no mês de novembro, o documento “Síntese de Indicadores Sociais – Uma análise das condições de vida da população brasileira em 2019” e afirmou que 76,4 % dos cearenses moram em uma residência com restrição de algum direito básico. E nesse aspecto, o direito mais ausente é o saneamento básico: 59,6% não têm acesso a esse serviço. O estudo considerou restrições a cinco direitos básicos: saneamento básico, educação, proteção social, condições de moradia e internet.

O mesmo levantamento atestou que 42% dos cearenses estão abaixo da linha de pobreza, com renda domiciliar per capita mensal de até R\$ 420. Na linha da extrema pobreza, que são aqueles que sobrevivem com renda domiciliar per capita mensal de R\$ 145, o percentual de cearenses é de 12%, e esses números colocam o Ceará na quinta posição entre os estados nordestinos em proporção de pessoas abaixo da linha de pobreza.

Fortaleza reduz abastecimento de água ▼

Estudo divulgado pelo Instituto Trata Brasil, em julho de 2019, apontou que a cidade de Fortaleza foi a capital brasileira com maior redução de abastecimento de água, entre os anos de 2013 e 2017, com uma queda de 9,5 pontos percentuais no atendimento total de água à população.

O ranking, elaborado com base em dados do Ministério do Desenvolvimento Regional, colocou Fortaleza na 76ª posição e teve como base as 100 maiores cidades brasileiras, onde se concentram 40% da população brasileira.

Outro aspecto divulgado se relaciona à queda dos investimentos na rede de distribuição de água e de saneamento básico na capital cearense. No ano de 2013, foram destinados R\$ 170 milhões; e em 2017, um total de R\$ 102 milhões.

VOCÊ SABIA?

No Governo do Estado do Ceará, Tasso Jereissati executou um amplo programa de saneamento básico. A primeira medida, a partir de 1987, foi reorganizar e fortalecer a CAGECE. Paralelo a esse esforço, foram implementados projetos de drenagem (a foto é de uma visita a obras no Conjunto Ceará - no final de década de 1980), ampliação da rede de abastecimento de água e, com o SANEAR, foi ofertado o serviço e coleta e tratamento de esgoto.



Previdência

A Reforma da Previdência foi destaque no Congresso Nacional em 2019. Em fevereiro, o Governo Federal encaminhou a proposta que começou a tramitar na Câmara dos Deputados. No segundo semestre, o debate foi concentrado no Senado, e o senador Tasso Jereissati foi o relator da matéria. No mês de novembro, o Congresso promulgou a Emenda Constitucional com a nova Previdência, e os senadores aprovaram a PEC Paralela, que está em tramitação na Câmara dos Deputados, com a inclusão de servidores de estados e municípios no novo modelo previdenciário brasileiro.



Tasso relata novo sistema de Previdência no Brasil

No início de abril de 2019, como o projeto ainda em tramitação na Câmara, o Senado Federal criou a Comissão Especial da Previdência, com o objetivo de acompanhar desde o início as discussões sobre o tema, adiantando o debate na Casa.

Indicado relator do colegiado, o senador Tasso Jereissati organizou uma série de audiências públicas, que contaram com participações do Secretário Especial de Previdência e Trabalho, Rogério Marinho, governadores, técnicos do Governo, especialistas e sindicalistas.



À medida que deputados demonstravam que não haveria consenso naquele instante sobre a inclusão de estados e municípios na Reforma, alguns governadores se mobilizaram para que o Senado pudesse incluí-los durante a tramitação da matéria. E nesse esforço, em julho, os governadores Eduardo Leite, do Rio Grande do Sul; Wellington Dias, do Piauí; e Ratinho Junior, do Paraná, participaram de uma reunião na Comissão Especial e discutiram os impactos e a urgência do projeto, considerando que somente com essa medida se teria uma Reforma completa.

Aprovada na Câmara, a Proposta de Reforma chegou ao Senado na primeira semana de agosto, e Tasso Jereissati ressaltou em pronunciamento no Plenário a importância do tema: “Com extrema honra assumo a relatoria da Reforma da Previdência. Tenho consciência do tamanho da responsabilidade. O país inteiro, a economia, o desemprego, as vidas de milhões de brasileiros esperam por essa reforma”.

Ao elogiar o trabalho dos deputados, Tasso assumiu o compromisso de viabilizar um amplo debate com os mais diversos segmentos da sociedade: “Na condição de relator, vou ouvir mais que falar. Ouvir todos aqueles que tenham qualquer contribuição para que possamos fazer aquilo que o país precisa de nós. Ouvir e dialogar é um compromisso que assumimos”.



Dessa forma, Tasso exerceu a relatoria, abrindo espaços para a construção de um texto equilibrado e eficiente, sempre dentro dos prazos. Foram realizados diversos debates na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e no Plenário, com as presenças de representantes do Governo Federal e dos governos estaduais, dos trabalhadores e especialistas no tema; além de inúmeras reuniões nos seus gabinetes em Brasília e Fortaleza, com representações dos mais variados segmentos.

Entre as primeiras medidas em seu relatório, Tasso retirou do texto encaminhado pelos deputados a alteração no Benefício de Prestação Continuada (BPC), ampliando seu alcance para aqueles que recebem até meio salário mínimo. Esse é um exemplo da maior preocupação que guiou o trabalho de Tasso Jereissati na relatoria da Reforma da Previdência: garantir o equilíbrio das contas públicas, sem perder de vista a proteção social da população.



“A Reforma da Previdência não é uma pauta do governo, é uma pauta do país. É emergencial e essencial para a retomada do crescimento da economia e para promover a geração de empregos.

Tasso Jereissati,
agosto de 2019

Congresso promulga Emenda Constitucional

Na última semana de agosto Tasso Jereissati entregou ao presidente do Senado, Davi Alcolumbre, e à presidente da CCJ, Simone Tebet, seu relatório, afirmando que havia procurado “fazer o melhor possível para o nosso País, ciente de que estamos diante de um equilíbrio difícil. Mas, procuramos sempre ser justos de forma que qualquer ganho que se pudesse ter, nunca fosse em cima dos mais pobres”.

Após a entrega do relatório, o Senador reuniu-se com Davi Alcolumbre e com o presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, quando reafirmaram o acordo para a aprovação da PEC da Previdência e a apresentação de uma PEC Paralela, com a inclusão de estados e municípios e mais garantias de benefícios aos mais pobres e às crianças.

Após o acordo, a tramitação da matéria avançou com a sua aprovação na CCJ, no início de setembro; e depois no Plenário, em segundo turno, já em outubro. No mês seguinte, em novembro, o Congresso Nacional promulgou a Emenda Constitucional com as novas regras gerais da Previdência, e ao discursar durante a sessão, Tasso destacou os avanços obtidos ao considerar que aquele ato era “um passo fundamental para que o nosso país possa retomar o seu caminho e seu destino de crescimento”.



É muito difícil elaborar um texto em que se equilibre a consciência social, que é tão forte dentro do Congresso, a preocupação com as populações mais vulneráveis, e ao mesmo tempo ter em mente o equilíbrio fiscal. Nós conseguimos fazer isso.

Tasso Jereissati, em novembro de 2019, durante Promulgação da Emenda Constitucional da Reforma da Previdência.

Senador elabora PEC paralela e garante benefícios para os mais pobres e crianças

A necessidade urgente de aprovar a Reforma da Previdência em 2019, a partir do texto base encaminhado pela Câmara dos Deputados ao Senado, possibilitou um acordo entre as duas Casas no sentido de que o houvesse a apresentação de uma nova PEC, com a inclusão de estados e municípios na nova Previdência, criação de benefícios para os mais pobres e indicação de novas fontes de receitas.

Simultaneamente ao debate da PEC principal, o senador Tasso Jereissati elaborou a PEC Paralela, que além de incluir servidores estaduais e municipais na nova Previdência, possibilitou a inclusão de diversos benefícios aos mais pobres, com destaque para a criação do Benefício Universal Infantil. Também foram incluídos benefícios para profissionais de segurança estaduais e municipais, que poderão ter regras diferenciadas de aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição. Essa medida beneficia peritos criminais, agentes penitenciários e socioeducativos, e guardas municipais.

Tasso também buscou fontes adicionais de recursos para a Previdência, com a correção de distorções como a isenção de contribuição patronal do setor agroindustrial exportador. Após discussão e votação na CCJ, a PEC Paralela foi aprovada no Plenário do Senado, em novembro, e enviada à Câmara dos Deputados.

“O senador Tasso Jereissati corrigiu uma injustiça cometida contra os guardas municipais”

Evandro Facitualo, diretor parlamentar da Federação Nacional de Sindicatos de Guardas Municipais do Brasil - FENAGUARDAS.

PRINCIPAIS PONTOS DA PEC PARALELA

Criação do Benefício Universal Infantil, destinado às crianças que vivem em situação de pobreza. Admite-se o acúmulo com o Benefício de Prestação Continuada;

Permissão para que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios adotem integralmente as regras do regime próprio de previdência dos servidores da União, mediante aprovação de lei ordinária de iniciativa do respectivo governador;

Possibilidade de acúmulo de pensões quando existir dependente com deficiência intelectual, mental ou grave;

Cálculo mais vantajoso na aposentadoria por incapacidade em caso de acidente;

Aposentadoria de 100% em caso de incapacidade que gere deficiência ou em caso de incapacidade decorrente de doença neurodegenerativa;

Regra de transição para servidores com deficiência;

Manutenção do tempo mínimo de contribuição em 15 anos para homens e mulheres que ainda não entraram no mercado de trabalho;

Reabertura do prazo para opção pelo regime de previdência complementar dos servidores federais;

Cota dobrada, de 20%, na pensão por morte, caso haja dependentes de até 18 anos de idade;

Cobrança gradual de contribuições previdenciárias do agronegócio exportador;

Incidente de prevenção de litigiosidade, um novo instrumento para prevenir excesso de processos na Justiça;

Apenas entidades beneficentes que prestem bons serviços à população brasileira, certificadas pelo Governo Federal, permanecerão isentas da contribuição patronal à Previdência Social;

Cobrança gradual do Simples destinada a incentivar as micro e pequenas empresas a investirem em prevenção de acidentes de trabalho e proteção do trabalhador contra exposição a agentes nocivos à sua saúde;

Guardas Municipais, agentes penitenciários e socioeducativos, peritos criminais e agentes da Agência Brasileira de Inteligência (Abin) poderão ter regras diferenciadas de aposentadoria, como idade mínima e tempo de contribuição;

Lei Complementar aprovada pelas assembleias estaduais poderão estabelecer requisitos e critérios próprios para a concessão de aposentadoria e pensão para policiais militares dos estados e do Distrito Federal, e regras para o militar na reserva exercer atividades civis em órgãos do respectivo ente federativo por meio de adicional;

Escalonamento em 5 anos para a entrada em vigor de regras mais rígidas de cálculo dos benefícios da Previdência Social.

Convergência para idade mínima de 62 anos, mais vantajosa para as mulheres;



Benefício prevê redução da pobreza infantil no Brasil

A PEC Paralela estabelece a criação do Benefício Universal Infantil, que prioriza recursos no atendimento a crianças em situação de pobreza, reconhecendo-as como destinatárias preferenciais de recursos e políticas públicas relacionadas à assistência social. Desta maneira, a proposta possibilitará a integração dos programas atuais e futuros. A proposta foi incluída na PEC por emenda do senador Jayme Campos (DEM-MT), com base em iniciativa do senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE) e dos deputados Tabata Amaral (PDT-SP) e Felipe Rigoni (PSB-ES) (foto).

Em seu relatório, Tasso Jereissati considerou que a universalização do benefício é comum em países desenvolvidos, e mostrou que não geraria custo fiscal extra, com base em trabalhos de estudiosos do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), liderados pelo professor Sergei Suarez Dillon Soares. A estimativa inicial é que com essa universalização, a pobreza infantil possa ser reduzida em 30%, com um gasto social mais focalizado e progressivo.



Uma iniciativa ousada e promissora

Pedro H.G. Ferreira de Souza (*)

O sistema brasileiro de proteção social avançou muitos nos últimos 30 anos. Graças às transferências previdenciárias e assistenciais, por exemplo, a pobreza entre idosos foi praticamente erradicada.

Ainda assim, há muito o que melhorar. A pobreza infantil permanece nosso calcanhar de Aquiles. As transferências existentes são fragmentadas, com sobreposições e falhas de cobertura. Seis milhões de crianças pobres não recebem nem Bolsa Família nem Salário Família ou Abono Salarial e, evidentemente, tampouco se beneficiam das deduções para dependentes no Imposto de Renda de Pessoa Física.

Com isso, uma criança tem entre 10 e 15 vezes mais chance de ser pobre do que um idoso. Quase 70% das crianças está na metade mais pobre da população.

O Benefício Universal Infantil é a iniciativa mais ousada e promissora dos últimos anos para reverter esse quadro. O Benefício combina o melhor da universalização e da focalização: por um lado, contribui para racionalizar as transferências e eliminar problemas de cobertura; por outro, por ser direcionado para crianças, o Benefício redistribui recursos para as famílias mais pobres do Brasil.

Dessa forma, o Benefício Universal Infantil tem grande potencial para reduzir a pobreza e a desigualdade no Brasil, além de aliviar o sofrimento das famílias e favorecer o desenvolvimento das nossas crianças.

* Pedro H.G.Ferreira de Souza é sociólogo e pesquisador do IPEA



Cadastro Positivo valoriza bons pagadores

No primeiro semestre de 2019, senadores debateram e aprovação a modernização do Cadastro Positivo, considerado um importante instrumento que tem como finalidade facilitar a redução dos juros bancários e o acesso a crédito aos bons pagadores em todo o Brasil.

Relatada por Tasso Jereissati, a matéria estabelecia que o cidadão passaria a contar com uma avaliação mais justa na análise de pedidos de crédito junto à bancos e instituições financeiras, sem perder a garantia da proteção de dados pessoais, como está previsto em Lei.

Aprovada no Senado, em abril a Presidência da República sancionou sem vetos a Lei que trata da adesão automática ao Cadastro Positivo, e a partir do dia 9 de julho, os bons pagadores passaram a fazer parte automaticamente do sistema. Segundo o Governo, a medida pode beneficiar 130 milhões de pessoas, inclusive 22 milhões de cidadãos que estão fora do mercado de crédito; e tem potencial de reduzir em 45% a inadimplência no país.

O Cadastro Positivo é um instrumento criado em 2011 para ser um banco de dados sobre bons pagadores, contrapondo-se aos famosos cadastros negativos (como Serasa e SPC).

Agenda Brasil



Tasso vota favorável ao Orçamento Impositivo

Durante reunião da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, no mês de abril, o senador Tasso Jereissati destacou a importância da aprovação de Proposta de Emenda à Constituição que determinava a execução obrigatória de emendas parlamentares de bancada. Para ele, a matéria significou “um importante avanço na relação entre os poderes legislativo e executivo”.

Tasso acrescentou que a medida representava “uma nova forma de fazer política” e tem maior impacto cultural do que econômico.

— Acaba aquela dependência da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, aquela obrigatoriedade de ser amigo do ministro ou amigo do “rei” para ter acesso a determinada emenda. Com esse projeto, muitas das críticas que o político sofre deixariam de ter motivo para existir. Isso sim é uma proposta de nova política — apontou. Após a CCJ, a matéria foi aprovada no Plenário do Senado.

Benefício para portadores de doenças raras

O senador Tasso Jereissati participa, há anos, de um movimento, ao lado da senadora Mara Gabrilli e da presidente da ABRAME (Associação Brasileira de Amiotrofia Espinhal), Fatima Braga, na luta pela inclusão de medicamentos no Sistema Único de Saúde (SUS). Em maio de 2019, ele destacou a assinatura de portaria pelo Ministro da Saúde, Luiz Mandetta, que incluiu o Spinraza na lista de medicamentos disponibilizados pelo Ministério de Saúde. O Senador considerou “um importante avanço para o tratamento de milhares de brasileiros portadores de doenças raras e um primeiro passo para criação de protocolos clínicos para essas doenças”

Prisão em segunda instância

Tasso Jereissati subscreveu, em novembro, Carta Aberta e Manifesto pela prisão em segunda instância e, em dezembro, votou favorável à matéria durante a análise de projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. O texto aprovado, que altera o Código de Processo Penal (CPP), foi elaborado a partir de acordo entre os senadores e o ministro da Justiça, Sergio Moro.

Contra aumento do Fundo Eleitoral

No debate sobre as regras eleitorais no País, durante sessão do Congresso Nacional em dezembro, Tasso Jereissati votou contra a volta da propaganda política partidária, o que possibilitará a economia de R\$ 460 milhões/ano. O Senador, também, apoiou o movimento contra o aumento do Fundo Eleitoral, preservando recursos para saúde e educação.



Grupo parlamentar Brasil-Estados Unidos

O senador Tasso Jereissati foi indicado vice-presidente do Grupo Parlamentar Brasil-Estados Unidos da América (foto), composto por senadores e deputados, e que tem como presidente o senador Roberto Rocha (PSDB-MA). O grupo parlamentar terá como finalidade incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre os Poderes Legislativos dos dois países.

Pacote anticrime é aprovado no Plenário

O Plenário do Senado aprovou, em dezembro, o “pacote anticrime”, projeto de lei que modifica a legislação penal e processual penal para torná-la mais rigorosa. O texto final foi resultado de um grupo de trabalho que fez várias alterações na versão original proposta pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Sergio Moro.

Fatos e fotos

ACONTECIMENTOS RELEVANTES EM 2019

25 de janeiro

Senador Tasso Jereissati, juntamente com o senador Eduardo Girão e o deputado federal Capitão Wagner, estiveram com o governador Camilo Santana e os secretários Élcio Batista e Nelson Martins para tratar sobre as ações de combate à violência no Ceará.



28 de maio

Durante encontro com representantes de Ministérios Públicos Estaduais e do Trabalho, em seu gabinete em Brasília, Tasso discutiu os avanços que o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) obteve, principalmente em relação a novas práticas de gestão, transparência e fortalecimento do combate à criminalidade e corrupção.

09 de julho

Por sugestão do Senador, a Comissão de Assuntos Econômicos realizou audiência pública que debateu o acordo comercial entre o Mercosul e a União Europeia. Entre os convidados, o Secretário Especial de Comércio Exterior e Assuntos Internacionais do Ministério de Economia, Marcos Prado Troyjo.



02 de agosto

Na Federação das Indústrias do Ceará, Tasso Jereissati participou de reunião da Associação Nordeste Forte, juntamente com lideranças empresariais de toda Região.

28 de setembro

Em Canindé, Tasso foi homenageado pelo Santuário São Francisco das Chagas, com a concessão do troféu "Artesão da Paz". Homenagem em reconhecimento aos 30 anos da construção da Praça dos Romeiros, projeto executado em 1989, durante sua primeira gestão no Governo do Ceará.



07 de outubro

Na Assembleia Legislativa, Tasso participou de debate, ao lado do ex-governador Ciro Gomes e do Deputado José Sarto, sobre os 30 anos da promulgação da Constituição cearense.

09 de outubro

Senador Tasso Jereissati participou, no Senado Federal, do lançamento do livro "Empresas Estatais – Governança, Compliance, Integridade e Contratações – Os impactos da Lei nº 13.303/2016 – 230 questões relevantes", de autoria de Sylvio Kelsen Coelho, Cláudio Sarian e Rafael Jardim.



21 de novembro

O Centro Industrial do Ceará (CIC) comemorou, em solenidade na Federação das Indústrias do Ceará (FIEC), 100 anos de sua fundação. Na ocasião, senador Tasso foi homenageado na condição de ex-presidente da entidade.



28 de novembro

O PSDB realizou, em Brasília, o I Encontro Nacional de Deputados Estaduais do Partido. Ao lado do senador Antonio Anastasia; dos deputados Fernanda Pessoa e Nelinho Freitas, e da presidente nacional da juventude do PSDB, Julia Jereissati, senador Tasso debateu o cenário econômico/político brasileiro.



29 de novembro

O Sinduscon-CE homenageou o senador Tasso Jereissati com o Prêmio da Construção 2019.



03 de dezembro

Tasso participou de almoço com o Ministro Paulo Guedes, na liderança do PSDB do Senado.






03 de dezembro


Em seu gabinete, em Brasília, Tasso Jereissati reuniu-se com o presidente da Câmara de Fortaleza, vereador Antônio Henrique, e os vereadores Didi Mangueira, Márcio Cruz e Renan Colares.




TASSO

**Acompanhe nosso mandato
pelas redes sociais**

   @tassojeissati

 /tassojeissatioficial

 /tassojeissati